

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 2017
(Do Sr. ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA)

Solicita informações ao Ministro da Defesa sobre os critérios para a escolha dos membros que compõem a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados – DFPC – do Comando Logístico –COLOG – do Exército Brasileiro.

Requeiro a V.Ex^a., com fundamento nos arts. 49, inciso X, e 50, § 2º, da Constituição Federal, combinados com os arts. 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado da Defesa informações sobre os critérios para a escolha dos membros que compõem a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados – DFPC – do Comando Logístico – Colog – do Exército Brasileiro.

JUSTIFICAÇÃO

A Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados – DFPC – do Comando Logístico – Colog – do Exército Brasileiro tem adotado medidas que desagradam profundamente aqueles que delas são alvo, particularmente aqueles que se dedicam às atividades de colecionamento, tiro desportivo e caça, muitas vezes estabelecendo normas muito mais restritivas do que aquelas preconizadas pelo Estatuto do Desarmamento e, não poucas vezes, dissonantes da realidade.

Isso faz com se passe a questionar os critérios daqueles que são indicados para compor aquela Diretoria, inclusive por ex-integrantes da mesma, como no caso do Coronel da Reserva Gilberto Martins de Lima, que é Engenheiro Militar (IME – Mecânica e Armamento – 1991), que nela trabalhou durante doze anos e a conhece profundamente.

De artigo de sua lavra, sem descer a minudências, foram feitos os seguintes excertos, bem dizendo de problemas na DFPC:

Esta crítica foi elaborada para chamar a atenção dos cidadãos envolvidos e principalmente das autoridades sobre a metodologia iníqua que foi utilizada para elaborar a Portaria 01-COLOG (16 JAN 2015). Servi por 12 anos na DFPC e posso garantir que conheço o mundo visto pelo lado de dentro daquela instituição. Por que não fiz algo de melhor? Simplesmente porque sempre disse a Verdade, então preferiam as autoridades me manter no ostracismo.

Ainda existe salvação, pois nem todos os agentes da fiscalização estão contaminados, termo que uso para não ser pejorativo, pois suas atitudes podem ser enquadradas em um plano maior, como mostrei em carta dirigida ao Exmo. Sr. Diretor de FPC ora aqui anexada. Na carta, também em forma de crítica, explicou a tese para que se entenda sobre o que chamei de contaminação, vendição ou miliquismo como também já defini em outras críticas. Foi em novembro, e por não ter recebido qualquer resposta público como prometido.

Em face do exposto, é que se apresenta o requerimento de informações em pauta.

Sala das Sessões, em de de 2017.

Deputado ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA